

Consolidação do Crescimento Económico

Rodrigo de Rato
Director-Geral do Fundo Monetário Internacional

Noticias (Mozambique)
June 19, 2006

Em muitas regiões de África, observam-se avanços positivos na expansão económica e redução da pobreza. Os benefícios da estabilização económica tornam-se cada vez mais visíveis. As taxas de crescimento são as mais elevadas dos últimos 30 anos, e a inflação encontra-se no seu nível mais baixo dos últimos 25 anos.

Mas muitos países ainda estão longe de cumprir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que visam reduzir para metade os principais indicadores da pobreza até 2015. Em todo o continente, serão necessárias taxas de crescimento ainda mais elevadas para que se logrem vitórias significativas contra a pobreza. Conquanto os indicadores económicos sejam positivos, muito mais precisa ser feito antes que se traduzam em melhorias concretas no dia-a-dia das pessoas.

Nós, do FMI, acolhemos com grande satisfação os progressos já alcançados, e daremos continuidade ao nosso trabalho junto aos países membros para ampliar os ganhos obtidos. Ao mesmo tempo, estamos a estudar maneiras de tornar a nossa assessoria o mais eficaz possível.

Em minha visita à África Subariana em Março, encontrei-me com diversos grupos — representantes de governos, legisladores, representantes da sociedade civil e da comunidade empresarial, jornalistas — e todos citaram os principais desafios a enfrentar. Salientaram a falta de infra-estrutura: a necessidade premente de investimentos para a modernização das instalações de tratamento de água e esgotos e dos sistemas de transportes. Falaram da precariedade do acesso aos cuidados de saúde, à educação e aos mercados. Muitos também mencionaram a constante marginalização de África no comércio mundial, talvez um dos principais factores a travar o maior crescimento económico.

O que podem fazer os países da região para produzir um impacto concreto? Antes de mais nada, os países de bom desempenho precisam tirar partido da oportunidade surgida com o alívio da dívida e das perspectivas de alargamento da assistência externa em decorrência do aumento dos fluxos da ajuda financeira para consolidar as melhorias em seu desempenho económico.

Como forma de garantir que se avance na melhoria do desenvolvimento humano, os governos podem utilizar os fluxos de ajuda financeira mais elevada para ampliar os gastos com saúde e educação e os investimentos em infra-estrutura. Dessa forma, a população

começará a ver e a sentir melhorias palpáveis. Ao mesmo tempo, para evitar a volta do endividamento, os países precisam ser prudentes na tomada de novos empréstimos e fortalecer suas capacidades de gestão da dívida.

O crescimento elevado só será sustentado se houver um sector privado dinâmico. Em minhas diversas viagens a África, conversei longamente com representantes da comunidade empresarial, e muito me apraz verificar a importância crescente atribuída em muitos países africanos não apenas às tão necessárias melhorias no ambiente regulatório mas também ao clima de negócios em geral.

Mas os empresários africanos ainda enfrentam mais obstáculos que seus homólogos em outras regiões do mundo — a precariedade da infra-estrutura, as fragilidades dos sistemas legais e financeiros, a má governação e, muito amiúde, os conflitos armados. É por esta razão que o investimento privado em África cresceu apenas marginalmente nos últimos anos. Em 2004, o continente registou os mais baixos índices de melhoria do ambiente negocial em todo o mundo. E o que é ainda pior, a cada três países africanos que simplificaram a regulamentação contrapõe-se um outro que a tornou mais complexa. Os empresários constataam que a execução dos contratos comerciais através dos tribunais é ainda mais difícil na África Subsariana do que em qualquer outra parte. É óbvio que isso precisa mudar. Os investidores serão naturalmente atraídos para os países que assegurarem o respeito pelo império da lei e o cumprimento dos direitos de propriedade.

O desenvolvimento do sector financeiro também está a receber a atenção que tanto merece. Mas o ponto fulcral é o comércio externo. Os países africanos não podem ficar a depender das concessões feitas pela comunidade internacional, por mais importantes que sejam. A redução das barreiras comerciais, inclusive dentro do continente, é fundamental para o desenvolvimento de África.

Outra área crucial é a governação. Repetidas vezes, a governação não inspirou a confiança dos investidores e sequer a dos cidadãos dos próprios países. A presença de um nível significativo de corrupção é sintoma de má governação. A gestão correcta dos gastos públicos é essencial para que se administre a elevação dos fluxos de ajuda financeira. Ela também contribui para a boa governação ao ajudar os cidadãos a zelar pela transparência e eficiência no uso dos recursos públicos. É imperativo erradicar a corrupção, onde quer que ela se encontre.

De modo geral, o mais importante contributo que o FMI tem a oferecer para ajudar os países africanos a vencer os desafios do desenvolvimento é através do bom aconselhamento em políticas que apoiem o crescimento económico e a redução da pobreza e auxiliem os governos a fazer o melhor uso da assistência externa. É esta a base da estratégia de médio prazo do FMI, que apresentei aos nossos 184 países membros em Setembro último. Desde então, tenho mantido extensas consultas com os governos e a sociedade civil, entre outros interessados, e voltarei a me reunir com os países membros para estudar as possíveis modalidades de implementação da estratégia.

É fundamental que os países de baixa renda tenham maior participação nos processos decisórios do FMI, um organismo que reveste-se de enorme importância para muitos deles. Trata-se de um elemento indispensável de nossas discussões sobre a estratégia de médio prazo.

Por último, outras instituições, como o Banco Mundial e diversos outros organismos internacionais de desenvolvimento, também têm uma função essencial a desempenhar. Não basta que os doadores cumpram seus compromissos de aumento da ajuda financeira; devem também torná-la mais previsível e menos onerosa para os beneficiários. A comunidade internacional já está a realizar progressos notáveis na harmonização e coordenação da assistência aos países de baixa renda. É nossa intenção trabalhar em estreita colaboração com outros organismos para garantir que a soma dos nossos esforços beneficie os países de baixa renda.